

Compêndio de ações legislativas e executivas das Américas e do Caribe em resposta ao **COVID-19**



Canada 

Este recurso foi possível, em parte, graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

Publicado em maio de 2020.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
AMÉRICA DO NORTE	5
Canadá.....	5
Estados Unidos.....	6
México.....	8
AMÉRICA CENTRAL.....	8
Belize.....	8
Costa Rica.....	8
El Salvador.....	10
Guatemala.....	12
Honduras.....	13
Panamá.....	15
CARIBE	17
Antígua e Barbuda.....	17
Bahamas.....	17
Barbados.....	17
Dominica.....	18
República Dominicana.....	18
Grenada.....	19
Jamaica.....	20
São Cristóvão e Nevis.....	20
Santa Lúcia.....	21
Trindade e Tobago.....	21
AMÉRICA DO SUL.....	22
Argentina.....	22
Bolívia.....	25
Brasil.....	28
Chile.....	29
Colômbia.....	31
Equador.....	40
Guiana.....	41
Paraguai.....	41
Peru.....	43
Suriname.....	47
Uruguai.....	48
Venezuela.....	50
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.....	52
UNIÃO EUROPÉIA.....	52

INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 criou novos desafios socioeconômicos e de saúde para os países das Américas e do Caribe, além de intensificar os já existentes. Este compêndio, desenvolvido em colaboração com a Assembléia Nacional do Equador, descreve a legislação e as ordens executivas adotadas pelos países da região para responder à crise, e abrange o período após a declaração da pandemia global do COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, até o final de abril de 2020, bem como de algumas medidas adotadas antes desse período. O compêndio também inclui decisões relevantes adotadas pela Organização dos Estados Americanos e pelo Parlamento da União Europeia, Conselho e Comissão, como referência para as iniciativas regionais.

O foco dessa publicação está nas medidas que respondem aos impactos da crise sobre a saúde e socioeconômicos, buscando identificar os principais tópicos abordados nessas ações e destacar considerações específicas de abertura legislativa, igualdade de gênero e sustentabilidade. Vale ressaltar que esse compêndio não é uma coleção exaustiva de todas as ações tomadas. Dado seu escopo, embora as declarações de emergência tenham sido incluídas, seu foco exclui medidas de segurança em torno da ordem pública (por exemplo, toque de recolher e restrições a reuniões de massa) e controles de fronteira, a menos que estejam vinculados a outras respostas do setor de saúde, econômico e social. Além disso, a política monetária adotada pelos bancos centrais não foi incluída.

Reconhecendo que os países foram impactados e responderam ao COVID-19 de maneiras e em velocidades diferentes, e que muitos dos efeitos da pandemia serão sentidos em toda a região a médio e longo prazo, o compêndio pretende ser um retrato das respostas iniciais e uma ferramenta para o diálogo sobre possíveis ações futuras. Enquanto os países pensam no processo de recuperação e reconstrução, uma análise de muitas das respostas legislativas e executivas até o momento pode ser útil para os parlamentos e parlamentares da região, olhando para os próximos passos em suas respectivas legislaturas.

Como usar o compêndio

O compêndio é dividido por sub-região e país. Cada ação legislativa ou executiva é identificada com uma breve descrição, palavras-chave para ajudar os leitores a identificar tópicos de interesse e um link para o texto oficial. O guia de palavras-chave a seguir descreve os tópicos específicos abordados.

O compêndio também apresenta ícones para identificar considerações de abertura legislativa, igualdade de gênero e sustentabilidade:

Abertura Legislativa



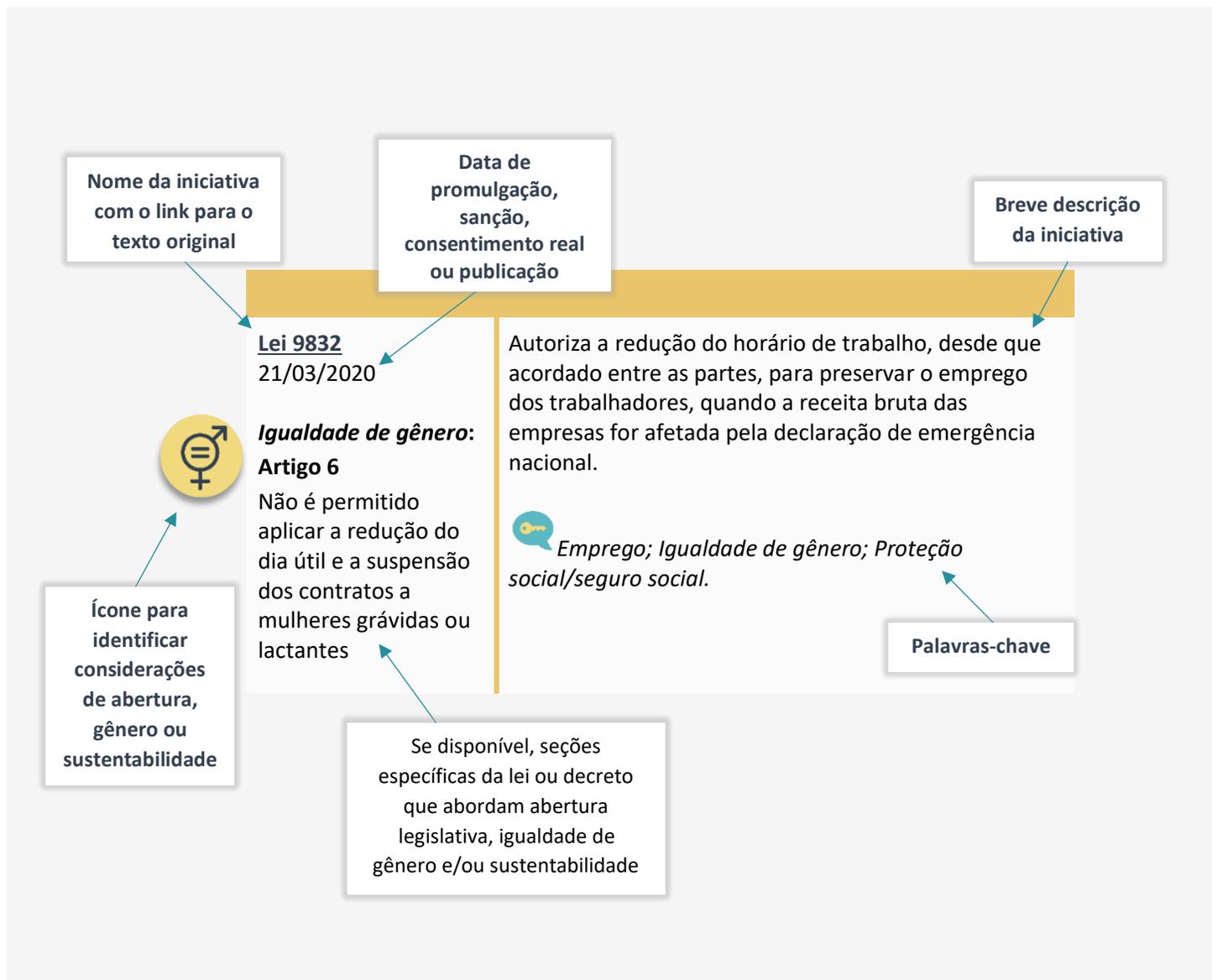
Igualdade de Gênero



Sustentabilidade



Em conjunto, cada ação legislativa e executiva é exibida da seguinte forma:



	<i>Palavras-chave</i>	<i>Tópicos específicos abordados</i>
<i>Setor de Saúde</i>	<i>Saúde pública</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ prevenção de doenças ▪ medidas de preparação ▪ mitigação da propagação da doença
	<i>Segurança sanitária</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ declarações de emergência ▪ controle de fronteira ▪ quarentena/restrições à circulação
	<i>Sistema de saúde</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ financiamento de sistemas de saúde ▪ acesso a serviços ▪ telemedicina
	<i>Recursos médicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ equipamento médico/de diagnóstico ▪ suprimentos médicos ▪ medicamentos/produtos farmacêuticos
	<i>Profissionais da saúde</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ profissionais da saúde
<i>Setor Econômico</i>	<i>Emprego</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ mercado de trabalho ▪ empregadores (setor público e privado) ▪ trabalhadores ▪ desemprego ▪ direitos e benefícios trabalhistas (ex.: licença médica) ▪ condições de trabalho
	<i>Assuntos fiscais</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ impostos ▪ gastos/orçamento do governo ▪ dívida nacional ▪ aquisição de bens e serviços
	<i>Setor financeiro e monetário</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ acesso a crédito/empréstimos ▪ taxas de juros ▪ preços
	<i>Negócios e indústria</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ suporte geral aos negócios e à indústria ▪ apoio a indústrias específicas
	<i>MPMEs</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ microempresas ▪ pequenas empresas ▪ médias empresas
	<i>Agricultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ setor agrícola ▪ agricultores
	<i>Economia informal</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ setor informal ▪ trabalhadores informais
	<i>Comércio</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ importações ▪ exportações ▪ atribuições e tarifas
	<i>Cooperação internacional</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ assistência bilateral/regional
	<i>Cooperação regional</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ajuda humanitária

Setor Social	<i>Proteção social/assistência social</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ transferências em dinheiro * ▪ doações para necessidades básicas * (ex.: alimentos) ▪ subsídios * (ex.: necessidades básicas)
	<i>Proteção social/seguro social</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ aposentadoria ▪ seguro-desemprego ▪ seguro de saúde ▪ seguro de invalidez
	<i>Justiça</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ acesso à justiça e serviços de proteção
	<i>Educação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ sistema educacional ▪ estudantes ▪ empréstimos estudantis
	<i>Habitação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ direito à moradia ▪ habitação temporária ▪ alívio/congelamento de aluguel ▪ suspensão de despejos/execuções de hipoteca
	<i>Segurança alimentar</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ acesso a comida ▪ programas de assistência alimentar ▪ programas de alimentação escolar
	<i>Serviços básicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ água potável ▪ saneamento ▪ eletricidade ▪ gás
	<i>Serviços de telecomunicações</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ telefone ▪ televisão ▪ internet
	<i>Desenvolvimento rural</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ apoio a pessoas que vivem em áreas rurais
	<i>Migrantes</i>	
<i>Populações prisionais</i>		
Igualdade de Gênero	<i>Igualdade de gênero</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ não discriminação
	<i>Violência doméstica</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ violência contra as mulheres ▪ violência contra crianças e adolescentes
	<i>Economia de assistência</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ creches ▪ apoio a famílias monoparentais
Abertura Legislativa	<i>Transparência</i>	
	<i>Prestação de contas</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ relatórios ▪ supervisão parlamentar ▪ auditorias
	<i>Participação pública</i>	
Sustentabilidade	<i>Sustentabilidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proteção ambiental ▪ preservação de ecossistemas ▪ proteção da flora e fauna ▪ contaminação

* Focado em famílias de baixa renda e outras populações vulneráveis, incluindo idosos e pessoas com deficiência.

AMÉRICA DO NORTE



Canadá

Ordem provisória referente à importação e venda de dispositivos médicos para uso em combate ao COVID-19

18/03/2020

Permite acesso rápido aos dispositivos médicos relacionados ao COVID-19 para uso dos profissionais de saúde, incluindo kits de teste de diagnóstico.



Comércio; Recursos médicos.

Lei de Resposta Emergencial ao COVID-19

(S.C. 2020, c. 5)

25/03/2020

Implementa medidas para mitigar o impacto econômico e na saúde pública do COVID-19, incluindo apoio financeiro a trabalhadores que perderam renda; aumentos nos créditos tributários existentes; medidas para prevenir a escassez de produtos terapêuticos; suspensão de juros e pagamentos de empréstimos estudantis; e melhorias nos benefícios de seguro-desemprego e regulamentos de afastamento.



Agricultura; Assuntos fiscais; Economia de cuidados; Educação; Habitação; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança alimentar; Setor financeiro e monetário.

Ordem orientando o Export Development Canadá

30/03/2020

Fornecer suporte para capital de giro e liquidez para as microempresas, a fim de cobrir custos não diferidos durante a crise econômica relacionada ao COVID-19.



MPMEs; Setor financeiro e monetário.

Lei de Resposta Emergencial COVID-19, No. 2

(S.C. 2020, c. 6)

11/04/2020

Introduz um subsídio salarial de emergência, que geralmente cobre 75% do salário de um funcionário.



Emprego; Negócios e indústria.



H.R. 6074: Lei de Dotações Complementares de Preparação e Resposta ao Coronavírus, 2020

06/03/2020

Fornecer US\$ 8,3 bilhões em financiamento de emergência para agências federais responderem ao surto de COVID-19, incluindo a Administração de Comidas e Remédios; o Departamento de Saúde e Serviços Humanos; a Administração de Pequenas Empresas (conta do Programa de Empréstimos para Desastres); e o Departamento de Estado.



Prestação de contas:

Divisão A, título III, título IV, título V

Disposições de supervisão incluindo relatórios aos comitês legislativos sobre planos de gastos



Assuntos fiscais; Cooperação internacional; MPMEs; Negócios e indústria; Prestação de contas; Recursos médicos; Saúde pública; Sistema de saúde.

Proclamação de Emergência Nacional

13/03/2020

Declara emergência nacional referente ao novo surto da doença causada pelo COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.

H.R. 6201: Primeira Lei de Assistência Familiar em Resposta ao Coronavírus

18/03/2020

Estabelece licença médica paga, créditos tributários e testes gratuitos para o COVID-19; expande a assistência alimentar, inclusive mantendo programas de merenda escolar e benefícios do seguro desemprego; aumenta o financiamento do *Medicaid*.



Prestação de contas:

Divisão A, título VII; Divisão B, título III; Divisão D

Reportando às comissões legislativas



Assuntos fiscais; Economia de assistência; Emprego; Prestação de contas; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Segurança alimentar; Sistema de saúde.

Ordem Executiva 13909

23/03/2020

Delega ao Secretário de Saúde e Serviços Humanos a autoridade de priorizar e alocar, de acordo com a seção 101 da Lei de Produção de Defesa de 1950, recursos médicos e de saúde necessários para responder à disseminação do COVID-19.



Recursos médicos; Saúde pública.

Ordem Executiva 13910

26/03/2020

Delega ao Secretário de Saúde e Serviços Humanos a autoridade de prevenir a acumulação de recursos médicos e de saúde necessários para responder à disseminação do COVID-19 nos Estados Unidos, e implementar quaisquer restrições ao armazenamento.



H.R. 748: Lei de Auxílio, Alívio e Segurança Econômica de Coronavírus
27/03/2020

Prestação de contas:
Divisão A, título IV, sec. 4020

Estabelece uma Comissão de Supervisão do Congresso sobre a implementação pelo governo da Lei de Estabilização Econômica frente ao Coronavírus de 2020 (uma lei dentro da H.R. 748)



Recursos médicos; Setor financeiro e monetário.

Implementa medidas para mitigar o impacto do COVID-19 na economia e na saúde pública, incluindo um crédito fiscal, reembolsável uma única vez, para indivíduos e famílias; expansão dos benefícios do seguro de desemprego; suspensão temporária do pagamento do empréstimo estudantis; créditos tributários para empregadores; acesso a empréstimos para empresas, estados e municípios; subvenções para o setor aéreo; financiamento adicional para várias agências governamentais; medidas para prevenir a escassez de medicamentos e recursos médicos; cobertura de testes do COVID-19 por seguradoras privadas de saúde; financiamento para centros de saúde que atendem populações carentes; e kits de teste e equipamentos de proteção para as prisões.



Cooperação internacional; Desenvolvimento rural; Educação; Emprego; Habitação; MPMEs; Negócios e indústria; Populações prisionais; Prestação de contas; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Recursos médicos; Segurança alimentar; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde.

Ordem Executiva 13911
01/04/2020

Realiza ações para criar, manter, proteger, expandir e restaurar os recursos da industrial local, para produzir recursos médicos e de saúde necessários para responder à disseminação do COVID-19.



Assuntos fiscais; Negócios e indústria; Recursos médicos.

H.R. 266: Programa de proteção salarial e lei de aprimoramento de cuidados de saúde
24/04/2020.

Fornecer financiamento adicional para empréstimos a pequenas empresas, incluindo empresas agrícolas; despesas ou receitas perdidas de prestadores de cuidados de saúde relacionadas ao COVID-19; e para teste de COVID-19.



Agricultura; Desenvolvimento rural; MPMEs; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde.



México

Decreto ejecutivo

24/03/2020

Sanciona o Acordo que estabelece as medidas preventivas que devem ser implementadas para mitigar e controlar os riscos à saúde causados pelo COVID-19.



Saúde pública

Decreto ejecutivo

27/03/2020

Declara ações extraordinárias para combater a doença gerada pelo vírus SARS-CoV2 (COVID-19), incluindo a aquisição de todos os tipos de bens e serviços necessários para enfrentar a contingência e tomar as medidas necessárias para evitar especulação de preços.



Assuntos fiscais; Comércio; Recursos médicos; Saúde pública; Setor financeiro e monetário.

AMÉRICA CENTRAL



Belize

Instrumento Estatutário No. 45 de 2020

01/04/2020

Declarar estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

Moção que estende o período de emergência pública

28/04/2020



Costa Rica

Decreto Ejecutivo 42227-MP-S

16/03/2020

Declara estado de emergência nacional em todo o território da República, devido à situação de emergência de saúde causada pela doença COVID-19.



Sustentabilidade:
Artigo 3
Proteção Ambiental



Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde; Sustentabilidade.

Lei 9830
19/03/2020

Oferece redução de impostos por meio de moratórias de impostos e taxas, para enfrentar o COVID-19.



Assuntos fiscais; Comércio.

Lei 9832
21/03/2020

Autoriza a redução do horário de trabalho, desde que acordado entre as partes, para preservar o emprego dos trabalhadores, quando a receita bruta das empresas for afetada pela declaração de emergência nacional.



Igualdade de gênero:
Artigo 6
Não é permitido aplicar a redução do dia útil e a suspensão dos contratos a mulheres grávidas ou lactantes



Emprego; Igualdade de gênero; Proteção social/seguro social.

Lei 9839
21/04/2020

Permite que os trabalhadores retirem recursos do Fundo de Garantia em caso de suspensão ou redução de horas e salários.



Emprego; Proteção social/seguro social.

Lei 9840
22/04/2020

Cria um subsídio para o tratamento do desemprego, suspensão temporária do contrato de trabalho ou redução da jornada de trabalho, em favor das pessoas que trabalham no setor privado, trabalhadores informais e trabalhadores independentes que viram sua renda afetada como resultado do estado de emergência nacional pelo COVID-19.



Prestação de contas:
Artigo 3
Avaliação de gestão e entrega de subsídios



Economia informal; Emprego; Prestação de contas; Proteção social/seguro social.



Decreto Legislativo 593

14/03/2020

Decreta o Estado de Emergência Nacional que estabelece a Lei de Proteção Civil, Prevenção e Mitigação de Desastres, por um período de trinta dias.

Decreto Legislativo 634

(extensão do D.L. 593)

30/04/2020



Emprego; Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.

Decreto Legislativo 601

20/03/2020

Difere o pagamento das contas dos serviços de água, eletricidade e telecomunicações (telefone, cabo e internet). Aplica-se a faturas dos meses de março, abril e maio de 2020.

Decreto Legislativo 618

(reforma al D.L. 601)

01/04/2020



Serviços básicos; Serviços de telecomunicações.

Decreto Legislativo 602

20/03/2020

Reformar a lei de proteção ao consumidor. Define e modifica os preços máximos de produtos essenciais ou necessários no caso de uma declaração de emergência nacional.



Setor financeiro e monetário

Decreto Legislativo 607

26/03/2020

Suspende temporariamente e, enquanto durem os efeitos da emergência nacional devido a pandemia pelo COVID-19, a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal pela Sustentabilidade das Finanças Públicas e Desenvolvimento Social.



Assuntos fiscais

Decreto Legislativo 612

01/04/2020

Estabelece disposições transitórias para garantir a continuidade da prestação de serviços de saúde do Instituto Salvadorenho de Seguridade Social a trabalhadores em condição de desemprego ou suspensão de contrato de trabalho ou, cujos empregadores tenham se atrasado no pagamento de folhas de contribuições trabalhistas.

Igualdade de gênero:

Artigo 2

Continuidade dos benefícios da licença maternidade



Emprego; Igualdade de gênero; Proteção social/seguro social; Sistema de saúde.

Decreto Legislativo 614

01/04/2020

Estabelece as condições para a concessão de créditos para atividades produtivas, de forma que os requisitos regulatórios não sejam um obstáculo ao acesso ao crédito nas instituições financeiras.



	 <p><i>Agricultura; Comércio; MPMEs; Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto Legislativo 615</u> 01/04/2020</p>	<p>Reformar a Lei do Orçamento, na parte correspondente ao Fundo de Proteção Civil, Prevenção e Mitigação de Desastres, para incorporar US\$ 42 milhões, a fim de atender às diferentes necessidades que surgem como resultado da pandemia do COVID-19.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Saúde pública.</i></p>
<p><u>Decreto Legislativo 616</u> 01/04/2020</p>	<p>Estabelece disposições especiais e transitórias para o Ministério da Agricultura e Pecuária e importadores privados, nas operações de compra de milho, feijão e arroz para consumo humano, no contexto da emergência do COVID-19.</p>  <p><i>Agricultura; Comércio; Segurança alimentar.</i></p>
<p><u>Decreto Legislativo 620</u> 01/04/2020</p>	<p>Declara que o trabalho dos profissionais de saúde é essencial no combate à pandemia do COVID-19, e no cuidado dos doentes, tornando-o um bem público que deve ser protegido pelo Estado.</p>  <p><i>Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social; Recursos médicos; Saúde pública.</i></p>
<p><u>Decreto Legislativo 624</u> 16/04/2020</p> <p> <i>Prestação de contas:</i> Artigo 1 Relatório sobre o uso de recursos</p>	<p>Permite o uso de 75% da alocação correspondente aos meses de abril e maio do exercício fiscal de 2020, atribuídos pela Lei de Criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios, para implementar medidas de limpeza de ruas, residências e comunidades e pagamento de salários, a fim de impedir a propagação do vírus.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Emprego; Prestação de contas; Saúde pública.</i></p>
<p><u>Decreto Legislativo 625</u> 16/04/2020</p> <p> <i>Prestação de contas:</i> Artigo 3 Auditoria de investimentos e despesas</p>	<p>Estabelece uma disposição transitória para que os municípios utilizem 2% do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios, destinados à atenção, prevenção e combate à pandemia pelo COVID-19 em seus territórios.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Prestação de contas; Saúde pública.</i></p>

Decreto Legislativo 629
16/04/2020

Autoriza o Ministério da Fazenda do Poder Executivo a assinar contrato de empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 20.000.000,00, destinado a financiar a execução do Projeto de Resposta de El Salvador ao COVID-19.



Setor financeiro e monetário

Decreto Legislativo 630
16/04/2020

Garante a atenção adequada dos profissionais de saúde e trabalhadores que realizam seu trabalho nas instituições do sistema nacional, bem como dos profissionais de saúde privados e trabalhadores que atendem ao chamado de apoio à emergência COVID-19.



Economia de assistência; Emprego; Profissional da saúde; Recursos médicos; Sistema de saúde.

Economia de assistência:
Artigo 7

Salário adicional para profissionais de saúde e trabalhadores que são mães solteiras



Guatemala

Decreto do Congresso 8-2020
21/03/2020

Ratifica o Decreto Número 5-2020 do Governo, de 5 de março de 2020, emitido pelo Presidente da República no Conselho de Ministros, que declara estado de calamidade pública por um período de trinta dias em todo o território nacional.



Assuntos fiscais; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto do Congresso 9-2020 (ratifica a reforma do D.G. 5-2020)
01/04/2020

Decreto do Congresso 12-2020
01/04/2020

Cria as medidas iniciais, sanitárias, econômicas, financeiras e sociais necessárias para atender à crise derivada das medidas adotadas para conter e mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19.



Assuntos fiscais; Educação; Migrantes; MPMEs; Prestação de contas; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Recursos médicos; Saúde pública; Setor financeiro e monetário; Segurança alimentar; Serviços básicos; Sistema de saúde; Transparência.

Prestação de contas;
Transparência:
Artigo 15, 1b

Medidas para o Programa de Apoio Alimentício e Prevenção do COVID-19, incluindo a apresentação de um relatório à Comissão de



Transparência e Probidade do Congresso

Decreto do Congresso 13-2020

08/04/2020



Economia de assistência:

Artigo 2

Mães solteiras e famílias monoparentais entre grupos prioritários do Fundo *Bolsa Família*



Transparência:

Artigo 12:

Publicação de relatórios em portais de informação pública

Estabelece os mecanismos para compensar e mitigar a crise econômica causada pela pandemia do COVID-19, incluindo medidas de compensação social dirigidas aos habitantes da República, com ênfase na população mais vulnerável.



Economia de assistência; Emprego; MPMEs; Proteção social/assistência social; Setor financeiro e monetário; Transparência.

Decreto do Congresso 20-2020

16/04/2020

Amplia o orçamento geral de receitas e despesas do Estado para o ano fiscal de 2020, a fim de minimizar as consequências do COVID-19.



Assuntos fiscais



Honduras

Decreto Executivo PCM-005-2020

10/02/2020

Decreto Executivo PCM-23-2020 (reforma al D.E. PCM-005-2020)

21/03/2020

Declara estado de emergência humanitária e sanitária com o objetivo de continuar e fortalecer as ações de prevenção e controle e garantir atendimento às pessoas que sofrem de dengue. Estabelece ainda o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção, controle e garantia de atendimento às pessoas infectadas pelo COVID-19.



Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.

Decreto Legislativo 29-2020

12/03/2020

Suspende o pagamento do Imposto sobre Vendas e Imposto de Produção e Consumo na compra e importação local de matérias-primas, suprimentos, materiais de embalagem e recipientes necessários para a fabricação de produtos saneantes e



Decreto Legislativo 31-2020
13/03/2020

Transparência:

Artigo 5

Divulgação permanente de gastos públicos

medicamentos, a fim de atender a emergências sanitárias e combater a efeitos e risco de infecção por coronavírus.



Assuntos fiscais; Comércio; Recursos médicos.

Decreto Executivo PCM-019-2020
16/03/2020

Decreta a Lei Especial de Aceleração Econômica e Proteção Social contra os Efeitos do Coronavírus COVID-19.



Assuntos fiscais; Emprego; MPMEs; Proteção social/seguro social; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde; Transparência.

Decreto Executivo PCM-019-2020
16/03/2020

Aprova o Protocolo de Prevenção e Higiene do COVID-19.



Emprego; Proteção social/seguro social; Saúde pública.

Decreto Executivo PCM-025-2020
28/03/2020

Cria a operação Honduras Solidaria com o objetivo de fornecer cesta básica para pelo menos 800.000 famílias hondurenhas, afetadas pela crise mundial causada pela COVID-19.



MPMEs; Proteção social/assistência social; Segurança alimentar.

Decreto Executivo PCM-030-2020
28/03/2020

Declara como prioridade nacional o apoio ao setor produtor de alimentos e ao agronegócio, e decreta medidas para garantir a soberania e a segurança alimentar.



Agricultura; Setor financeiro e monetário; Segurança alimentar.

Decreto Legislativo 33-2020
03/04/2020

Decreta a Lei de Auxílio ao Setor Produtivo e aos Trabalhador diante dos Efeitos da Pandemia Causada pelo COVID-19.



Assuntos fiscais; Comércio; Emprego; Habitação; Proteção social/seguro social; Sistema de saúde.



<p><u>Decreto Ejecutivo 64</u> 28/01/2020</p>	<p>Adota as medidas necessárias, essenciais e não adiáveis, contidas no Plano Nacional para a Ameaça do Novo Surto de Coronavírus (2019-nCoV) definido pelo Ministério da Saúde.</p> <p> <i>Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Resolução do Gabinete 11</u> 13/03/2020</p>	<p>Declara estado nacional de emergência e determina outras disposições.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Saúde pública; Segurança sanitária.</i></p>
<p><u>Decreto Ejecutivo 114</u> 13/03/2020</p>	<p>Decreta a margem bruta máxima de vendas de artigos de higiene pessoal, limpeza e consumo de primeira necessidade em todo o comércio na República do Panamá, e outras disposições para sua devida implementação.</p> <p> <i>Setor financeiro e monetário</i></p>
<p><u>Decreto Ejecutivo 78</u> 16/03/2020</p>	<p>Estabelece medidas trabalhistas para evitar a disseminação do COVID-19 nas empresas do país. Estabelece medidas para trabalhadores com 60 anos ou mais, aqueles que sofrem de doenças crônicas e gestantes, além de outras obrigações dos empregadores na aplicação de protocolos para garantir a higiene e a saúde no local de trabalho.</p> <p> <i>Emprego; Saúde pública.</i></p>
<p><u>Decreto Ejecutivo 81</u> 20/03/2020</p> <p><u>Decreto Ejecutivo 95</u> (prórroga del D.E. N° 81) 21/04/2020</p>	<p>Estabelece que os contratos de trabalho de empresas cujas operações foram encerradas, como parte das medidas preventivas das autoridades governamentais, serão considerados suspensos para todos os fins trabalhistas.</p> <p> <i>Emprego</i></p>
<p><u>Decreto Ejecutivo 251</u> 24/03/2020</p>	<p>Adota medidas tributárias para aliviar o impacto econômico resultante do Estado de Emergência Nacional.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Segurança sanitária.</i></p>

<p><u>Decreto Executivo 400</u> 27/03/2020</p>	<p>Cria o <u>Plano Panamá Solidário</u> (em espanhol) com o objetivo de mitigar as necessidades alimentares, higiene e medicamentos da cidadania no território nacional. Os suportes do plano serão realizados por meio da entrega de Bolsa Comida, Bônus Solidário e Vale Digital, com base na logística necessária para a efetiva entrega e uso dos suportes.</p> <p> <i>Desenvolvimento rural; Proteção social/assistência social; Segurança alimentar.</i></p>
<p><u>Decreto Executivo 520</u> 31/03/2020</p>	<p>Estabelece um processo especial temporário para a emissão da Adequação do Conselho Técnico de Saúde, enquanto durar a crise de saúde do COVID-19, a fim de contratar rapidamente médicos e profissões afins.</p> <p> <i>Profissionais de saúde; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto Executivo 86</u> 02/04/2020</p>	<p>Permite temporariamente que as plataformas digitais do Ministério do Trabalho e Desenvolvimento recebam e atendam a queixas ou reclamações dos trabalhadores que foram geradas como resultado do Decreto Executivo 81 de 20 de março de 2020, relacionado à suspensão de contratos.</p> <p> <i>Emprego</i></p>
<p><u>Lei 139</u> 02/04/2020</p>	<p>Adota uma lei geral sobre medidas de emergência para enfrentar a crise de saúde causada pela pandemia do COVID-19.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Emprego; Proteção social/assistência social; Recursos médicos; Segurança alimentar.</i></p>

CARIBE



Antígua e Barbuda

Proclamação declarando estado de emergência

(Instrumento Estatutário 2020, No. 19)
25/03/2020

Resolução da Casa dos Representantes que aprova o estado de emergência pública

(Instrumento Estatutário 2020, No. 24)
31/03/2020

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.



Bahamas

Proclamação de Emergência
17/03/2020

Resolução Parlamentar

(aprova a prorrogar a Proclamação de Emergência até 30/05/2020)
27/04/2020

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.



Barbados

Instrumento Estatutário 2020, No. 15
28/03/2020

Resolução No. 14/2020
(Casa da Assembléia aprova

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

a extensão da proclamação de emergência pública)
24/04/2020



Dominica

Proclamação declarando estado de emergência 2020
01/04/2020

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.



República Dominicana

Decreto 132-20
19/03/2020

Confirma a Comissão de Alto Nível para Prevenção e Controle do Coronavírus, estabelece a Criação da Comissão para atender aos assuntos econômicos e emprego, e da Comissão para atender os assuntos sociais, para dar resposta às necessidades sanitárias, econômicas e sociais da população.



Comércio; Economia de assistência; Educação; Emprego; MPMEs; Negócios e indústrias; Proteção social/assistência social; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária; Setor financeiro e monetário.

Decreto 133-20
19/03/2020

Declara emergencial a compra e contratação de bens e serviços essenciais para a prevenção, assistência médica e construção de infraestrutura de saúde pública para o COVID-19.

Decreto 144-20
(alteração ao Decreto 133-20)
02/04/2020



Assuntos fiscais; Saúde pública.

Decreto 134-20
19/03/2020

Declara estado de emergência em todo o território nacional por 25 dias, em virtude da autorização concedida pelo Congresso Nacional por meio da Resolução no. 62-20, de 19 de março de 2020.



Prestação de contas:
Artigo 3

O Poder Executivo prestará relatórios periódicos à comissão bicameral do Congresso Nacional

Decreto 148-20

(prorrogação do Decreto 134-20)
14/04/2020



Emprego; Prestação de contas; Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.

Decreto 141-20

01/04/2020



Nomeia um Comitê de Gestão de Emergências e Saúde para combater o COVID-19.

Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.

Decreto 143-20

02/04/2020

Cria o Fundo de Assistência Solidária aos Empregados para apoiar temporariamente trabalhadores formais do setor privado com uma transferência monetária, com o objetivo de neutralizar os efeitos econômicos das medidas adotadas para conter a disseminação do COVID-19.



Emprego; Proteção social/assistência social.

Decreto 145-20

05/04/2020

***Participação pública;
Prestação de contas:
Decreto completo***

Cria a Comissão de Supervisão Cidadã COVID-19, como um mecanismo para supervisionar, acompanhar e monitorar os processos de compra e contratação executados sob o esquema de compras emergenciais, conforme disposição do Poder Executivo.



Assuntos fiscais; Participação pública; Prestação de contas.



Grenada

Proclamação declarando estado de emergência

30/03/2020

Resolução da Casa dos Representantes que aprova

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

a declaração do estado de emergência
17/04/2020

Lei de redução fiscal COVID-19, 2020
20/04/2020

Suspende certas obrigações fiscais impostas por outros Atos do Parlamento para aliviar os efeitos financeiros adversos da pandemia do COVID-19.

 *Assuntos fiscais*



Jamaica

Ordem de Gerenciamento de Riscos de Desastres (medidas de execução), 2020
16/03/2020

Invoca a seção 26(2) da Lei de Gerenciamento de Riscos de Desastres de 2015, declarando a Jamaica uma área de desastre devido a pandemia do COVID-19.

 *Emprego; Saúde pública; Segurança sanitária.*



São Cristóvão e Nevis

Proclamação declarando estado de emergência
(Regras e ordens estatutárias No. 6 of 2020)
28/03/2020

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.

 *Saúde pública; Segurança sanitária.*

Resolução da Assembléia Nacional feita sob a seção 19(3) da Constituição de São Cristóvão e Nevis de 1983
(Regras e ordens estatutárias nº 13 de 2020, prorrogação do estado de emergência por seis meses)
17/04/2020



Santa Lúcia

Proclamação declarando o Estado de Emergência

(Instrumento Estatutário, 2020, No. 39)
23/03/2020

Resolução Parlamentar que aprova a declaração do estado de emergência

(Instrumento Estatutário, 2020, No. 40)
24/03/2020

Extensão da Resolução Parlamentar que aprova a declaração do estado de emergência

(Instrumento Estatutário, 2020, No. 60, prorrogação até 31/05/2020)
23/04/2020

Regulamentos da Corporação de Seguro Nacional (Programa de Ajuda Econômica para o COVID-19)

(Instrumento Estatutário, 2020, No. 64)
24/04/2020

Declara estado de emergência pública como resultado do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

Fornece assistência financeira a segurados que sofreram perda de receita como resultado do COVID 19.



Emprego; Proteção social/seguro social.



Trindade e Tobago

Proclamação declarando o COVID-19 uma doença infecciosa perigosa

31/01/2020

Declara o novo coronavírus (2019-nCoV) como uma doença infecciosa perigosa.



Saúde pública

Disposições Diversas [2019 - Novo Coronavírus 2020 (2019-nCoV)] Lei, 2020
20/03/2020

Altera vários atos para estender a validade de licenças em certos setores em resposta ao COVID-19.



Negócios e indústria; Segurança sanitária.

Disposições diversas (Fundo do Patrimônio e Estabilização 2020, Obrigações de Poupança do Governo e Imposto sobre o Valor Acrescentado), 2020
26/03/2020

Altera a Lei do Fundo de Patrimônio e Estabilização para permitir retiradas quando uma área de desastre é declarada sob a Lei de Medidas de Desastre, uma doença infecciosa perigosa é declarada sob a Portaria de Saúde Pública ou, quando há um declínio nas receitas orçadas. Também altera a Lei de Títulos de Poupança do Governo e a Lei do Imposto sobre Valor Agregado.



Assuntos fiscais; Setor financeiro e monetário.

AMÉRICA DO SUL



Argentina

Decreto 260/2020
12/03/2020

Estende por um período de um ano a emergência pública em questões de saúde estabelecida pela Lei nº 27.541, devido à pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde em relação ao COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto 309/2020
23/03/2020

Economia de assistência:

Artigo 4

Subsídio extraordinário ao Subsídio Universal por Crianças e Gestação

Oferece uma doação extraordinária e única, destinada a titulares de benefícios de pensão, com o objetivo de aumentar o apoio e a proteção dos setores mais necessitados da sociedade na situação atual.



Economia de assistência; Proteção social/assistência social.

Decreto 310/2020
23/03/2020

Cria a renda familiar de emergência para o bem-estar dos setores cuja renda terá uma severa descontinuidade durante o período de



	<p>quarentena. Consiste em um pagamento excepcional que será concedido a pessoas que estão desempregadas; que trabalhem na economia informal; monotributistas sociais e trabalhadores de casas particulares.</p> <p> <i>Economia informal; Emprego; Proteção social/assistência social.</i></p>
<p><u>Decreto 311/2020</u> 24/03/2020</p> <p><u>Decreto 426/2020</u> (prorrogação do Decreto 311/2020) 30/04/2020</p>	<p>Estabelece que prestadores de serviços, como fornecimento de energia elétrica, água potável, gás, telefonia fixa e móvel, Internet e televisão a cabo, não podem ser suspensos por falta de pagamento - até três contas consecutivas ou alternadas. A medida prevalecerá por 180 dias.</p> <p> <i>Emprego; MPMEs; Serviços básicos; Serviços de telecomunicações.</i></p>
<p><u>Decreto 312/2020</u> 24/03/2020</p> <p><u>Decreto 425/2020</u> (prorrogação do Decreto 312/2020) 30/04/2020</p>	<p>Suspende a aplicação de multas e a obrigação de fechar e desativar contas bancárias devido à rejeição de cheques devido à falta de fundos. Suspende a obrigação de apresentar prova ou declaração juramentada de que não devem nenhum valor por contribuições, que as instituições de crédito exigem dos empregadores antes da concessão de crédito.</p> <p> <i>Emprego; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 315/2020</u> 26/03/2020</p>	<p>Outorga um pagamento extraordinário pelos serviços prestados nos meses de abril a julho, em centros de saúde nos setores público, privado e de seguridade social que, em um relacionamento de dependência, se dedicam ao gerenciamento de casos relacionado ao COVID-19.</p> <p> <i>Emprego; Profissionais da saúde; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto 319/2020</u> 29/03/2020</p>	<p>Estabelece que até o 30 de setembro deste ano a parcela mensal dos créditos hipotecários que incidem sobre imóveis ocupados e destinados a uma única habitação não pode exceder o valor do pagamento da parcela de março de 2020. Também suspende execuções judiciais ou extrajudiciais.</p> <p> <i>Habitações, Setor financeiro e monetário.</i></p>

<p><u>Decreto 320/2020</u> 29/03/2020</p>	<p>Suspende o despejo de imóveis por falta de pagamento, e estabelece a prorrogação da validade dos contratos de aluguel com vencimento desde o dia 20 de março. Também prevê o congelamento do preço dos contratos de aluguel, e o valor correspondente a março deste ano deve ser pago até 30 de setembro.</p> <p> <i>Habitação; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 326/2020</u> 31/03/2020</p>	<p>Cria um Fundo de Afetação Específico que contará com 30 bilhões de Pesos a serem transferido pelo Estado para o Fundo de Garantia da Argentina destinado a micro, pequenas e médias empresas. As garantias prestadas visarão facilitar o reembolso de empréstimos para capital de giro, incluindo pagamentos de salários.</p> <p> <i>Emprego; MPMEs; Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 329/2020</u> 31/03/2020</p>	<p>Proíbe demissões sem justa causa, por motivos de falta, redução de trabalho e força maior, por um período de 60 dias a partir da data de publicação do decreto no Diário da República, garantindo que os trabalhadores não percam o emprego durante essa situação de emergência, e garantir condições de vida decentes para si e suas famílias.</p> <p> <i>Emprego</i></p>
<p><u>Decreto 346/2020</u> 05/04/2020</p>	<p>Prevê o diferimento de pagamentos de serviços de juros e amortizações de capital da dívida pública nacional instrumentada, por meio de títulos mobiliários em Dólares Americanos emitidos sob a lei da República Argentina até 31 de dezembro de 2020 ou, até a data anterior determinada pelo Ministério da Economia.</p> <p> <i>Assuntos fiscais</i></p>
<p><u>Decreto 352/2020</u> 08/04/2020</p>	<p>Auxilia financeiramente as províncias, alocando recursos do Fundo Nacional de Contribuição do Tesouro e outros previstos para a concessão de empréstimos canalizados através do Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento Provincial, com o objetivo de manter o funcionamento normal das finanças provinciais e satisfazer as necessidades causadas pelo COVID-19.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Setor financeiro e monetário.</i></p>

Decreto 367/2020
13/04/2020

Implementa políticas de seguridade social para maximizar os cuidados de saúde dos trabalhadores que desenvolvem atividades essenciais de trabalho. As Seguradoras de Riscos Trabalhistas devem adaptar sua cobertura para que os trabalhadores afetados pelo COVID-19 recebam, imediatamente, os benefícios correspondentes.



Emprego; Proteção social/seguro social.

Decreto 376/2020
19/04/2020

Cria o Programa de Assistência Emergencial ao Trabalho e a Produção, destinado a empregadores e trabalhadores, que consiste no adiamento ou redução de até 95% do pagamento das contribuições dos empregadores, na alocação compensatória aos salários para trabalhadores a cargo do Estado, e um sistema integral de seguro desemprego.



Emprego; MPMEs; Proteção social/seguro social.

Decreto 387/2020
20/04/2020

Aprova o modelo de contrato de empréstimo a ser celebrado entre a República Argentina e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 35.000.000, destinados ao financiamento do Projeto de Emergência para Prevenção e Manejo da Doença COVID-19 na República Argentina.



Saúde pública; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde.



Bolívia

Decreto Supremo 4174
05/03/2020

Autoriza de maneira excepcional a compra direta de medicamentos, dispositivos médicos, suprimentos, reagentes, equipamentos médicos e serviços de consultoria para o pessoal da saúde, para prevenção, controle e atendimento da emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo COVID-19.



Assuntos fiscais; Profissionais da saúde; Recursos médicos; Saúde pública.

Decreto Supremo 4179
12/03/2020

Declara estado de emergência nacional devido ao surto do COVID-19 e outros fenômenos adversos.

	 <i>Assuntos fiscais; Saúde pública; Segurança sanitária.</i>
<p><u>Decreto Supremo 4197</u> 18/03/2020</p> <p><u>Decreto Supremo 4210</u> (amplia o escopo do bolsa família) 08/04/2020</p>	<p>Concede por uma única vez o bolsa família e estabelece a redução temporária das tarifas de eletricidade durante a declaração de emergência e quarentena sanitária nacional.</p>  <i>Educação; Proteção social/assistência social; Serviços básicos.</i>
<p><u>Decreto Supremo 4198</u> 18/03/2020</p>	<p>Estabelece medidas tributárias urgentes e temporárias durante a situação de Emergência Nacional devido ao surto do COVID-19, incluindo facilidades de diferimento e pagamento sobre os lucros da empresa.</p>  <i>Assuntos fiscais; Negócios e indústrias; Sistema de saúde.</i>
<p><u>Decreto Supremo 4200</u> 25/03/2020</p>	<p>Reforça e fortalece as medidas contra a disseminação do COVID-19 em todo o território do Estado Plurinacional da Bolívia, além de conceder uma cesta familiar e a redução temporária nas tarifas de eletricidade e água potável.</p>  <i>Proteção social/assistência social; Segurança sanitária; Serviços básicos.</i>
<p><u>Decreto Supremo 4201</u> 25/03/2020</p>	<p>Atribui funções à Central de Abastecimento e Suprimentos de Saúde e estabelece procedimentos e mecanismos para a aquisição de medicamentos, dispositivos médicos, suprimentos, reagentes, equipamentos médicos e serviços de consultoria para o pessoal de saúde, pelo período de implementação das ações e medidas vigilância epidemiológica, prevenção, contenção, diagnóstico, cuidados e tratamento da doença coronavírus.</p>  <i>Assuntos fiscais; Recursos médicos; Pessoal de saúde; Saúde pública.</i>
<p><u>Decreto Supremo 4204</u> 01/04/2020</p>	<p>Estabelece que profissionais da saúde podem trabalhar além das cargas horárias estabelecidas em diferentes estabelecimentos de saúde do Sistema Nacional de Saúde.</p>  <i>Profissionais da saúde; Sistema de saúde.</i>

<p><u>Lei 1293</u> 01/04/2020</p> <p><u>Decreto Supremo 4205</u> (regula a Lei 1293) 01/04/2020</p>	<p>Garante o tratamento gratuito de pacientes com o COVID-19 e permite às autoridades do governo transitório e dos governos subnacionais o uso extraordinário de recursos econômicos para atender à emergência.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Lei 1294</u> 01/04/2020</p> <p><u>Decreto Supremo 4206</u> (regula a Lei 1294) 01/04/2020</p>	<p>Adia o pagamento do capital, juros e outros tipos de encargos de créditos pessoais com diferentes entidades financeiras, e reduz em 50% (cinquenta por cento) o pagamento mensal do faturamento das tarifas dos serviços básicos de água potável, eletricidade e gás doméstico durante o período da declaração de emergência devido à pandemia do COVID-19.</p> <p> <i>Setor financeiro e monetário; Serviços básicos.</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 4211</u> 08/04/2020</p>	<p>Implementa medidas tarifárias temporárias, mediante a redução do Imposto Tarifário para 0% para a importação de trigo, a fim de prevenir a saúde e garantir a segurança alimentar da população.</p> <p> <i>Comércio; Segurança alimentar.</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 4215</u> 14/04/2020</p>	<p>Concede a “bolsa universal” e estende o escopo da “bolsa família” aos estudantes das Unidades de Educação Fiscal, do Convênio da Área de Educação de Jovens e Adultos e de Unidades de Ensino Particulares.</p> <p> <i>Proteção social/assistência social</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 4216</u> 14/04/2020</p>	<p>Estabelece o Programa Especial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Plano de Emergência de Apoio ao Emprego e à Estabilidade no Trabalho para empresas legalmente constituídas.</p> <p> <i>Emprego; MPMEs; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 4217</u> 14/04/2020</p>	<p>Autoriza a contratação de seguros para profissionais da saúde relacionados ao COVID-19.</p> <p> <i>Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social.</i></p>

Decreto Supremo 4227
28/04/2020

Reduz para 0% a tarifa sobre importações de suprimentos, medicamentos, dispositivos e equipamentos médicos, adquiridos ou doados para o tratamento de COVID-19, diabetes tipo I e II, doenças renais, doenças cardiovasculares, doenças neurológicas e doenças oncológicas.



Comércio; Recursos médicos.

Decreto 4226
04/05/2020

Economia de assistência:
Artigo 2

Inclui mulheres grávidas e pessoas sob custódia exclusiva de meninas e meninos com menos de 6 anos

Estabelece a concessão de anistia ou perdão por razões humanitárias no âmbito da emergência nacional de saúde, em todo o território do Estado Plurinacional da Bolívia, contra a propagação e disseminação do COVID-19.



Economia de assistência; População prisional; Saúde pública.



Brasil

Lei 13.982
02/04/2020

Economia de assistência:
Artigo 2, parágrafo 3

Apoio adicional para mulheres chefes de família monoparentais

Altera a Lei nº 8.742 (1993), a fim de estabelecer parâmetros adicionais para caracterizar a situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício da provisão contínua, e estabelece medidas excepcionais de proteção social que serão adotadas durante o período de enfrentamento do coronavírus.



Economia de assistência; Economia informal; MPMEs; Proteção social/assistência social.



Decreto 10.311
03/04/2020

Participação pública:
Artigo 8

Representantes de entidades públicas ou privadas e organizações da sociedade civil podem ser convidados a participar das reuniões do Conselho

Institui o Conselho de Solidariedade para Combater o COVID-19 e seus Efeitos Sociais e Econômicos.



Comércio; Economia de assistência; Educação; Emprego; Negócios e indústrias; Participação pública; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Setor financeiro e monetário; Segurança sanitária; Sistema de saúde.



Lei 13.987
07/04/2020

Autoriza, durante a suspensão das aulas por causa de situações de emergência ou calamidade pública, a distribuição de alimentos comprados com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para os pais e responsáveis de alunos de escolas públicas de educação básica.



Economia de assistência; Educação; Segurança alimentar.

Lei 13.989
15/04/2020

Autoriza o uso de telemedicina, em caso de emergência, durante a crise causada pelo coronavírus.



Saúde pública; Sistema de saúde.

Lei 13.993
23/04/2020

Proíbe a exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais para combater a pandemia do coronavírus no Brasil, enquanto durar a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional.



Comércio; Recursos médicos.



Chile

Decreto 4
05/02/2020

Decreta alerta de saúde e concede poderes extraordinários, tendo em vista a emergência de saúde pública de importância internacional devido ao surto do novo coronavírus.

Decreto 6 (modifica o Decreto 4)
06/03/2020



Assuntos fiscais; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto 10 (modifica o Decreto 4)
24/03/2020

Decreto Supremo 420
30/03/2020

Estabelece medidas tributárias para apoiar famílias, trabalhadores e micro, pequenas e médias empresas, nas dificuldades geradas pela propagação do COVID-19 no Chile.



Assuntos fiscais; Emprego; MPMEs.



Decreto Supremo 553

(modifica o Decreto Supremo 420)
09/04/2020

Lei 21.225

30/03/2020

Economia de assistência:

Artigo 3

Mães são as beneficiárias preferenciais

Decreto 101 Isento

(requisitos da Lei 21.225)
09/04/2020

Adota medidas econômicas para apoiar famílias e micro, pequenas e médias empresas. As medidas incluem um bônus extraordinário de apoio à renda familiar, autorizam uma contribuição extraordinária de capital para o Banco do Estado do Chile, ordenam a redução temporária do imposto de selo, entre outras medidas econômicas.



Assuntos fiscais; Economia de assistência; Emprego; MPMEs; Proteção social/assistência social.

Lei 21.226

01/04/2020

Estabelece um regime legal especial para processos judiciais, audiências, ações e prazos que podem ser afetados pelo estado de exceção constitucional da pandemia causada pelo COVID-19, enquanto a regra que declara o estado de emergência estiver em vigor. (Decreto Supremo nº 104, de 18 de março de 2020) ou sua subsequente extensão.



Justiça

Lei 21.227

01/04/2020

Estabelece acesso a benefícios de seguro-desemprego a trabalhadores dependentes cujos empregadores interromperam suas atividades devido ao COVID-19, seja de comum acordo ou como resultado de um ato ou declaração de autoridade ou, que concordaram com a continuidade do contrato prestação de serviços no período coberto.



Emprego; Proteção social/seguro social.

Decreto 4; Decreto 4 T

07/04/2020

Estabelece uma maior flexibilidade para os setores produtivos realizarem suas atividades econômicas em diferentes períodos do dia, visando também evitar multidões de pessoas na realização dessas atividades.



Serviços básicos; Setor financeiro e monetário.



Lei 21.228
16/04/2020

Economia de assistência:

Artigo 3

Inclui gestantes e/ou crianças menores de 2 anos

Concede indulto geral comutativo e medidas alternativas de cumprimento da sentença por meio de prisão domiciliar para os condenados, de acordo com os casos indicados, durante as medidas adotadas pela pandemia causada pelo COVID 19.



Economia de assistência; População prisional.

Lei 21.229
21/04/2020

Decreto 130 Isento

(aprova os regulamentos de administração da FOGAPE)
24/04/2020

Aumenta o capital do Fundo de Garantia para Pequenos e Médios Empresários (FOGAPE) e flexibiliza seus requisitos até 30 de abril de 2021.



MPMEs; Setor financeiro e monetário.



Colômbia

Decreto 397
13/03/2020

Estabelece um benefício na apresentação e pagamento da contribuição parafiscal para a promoção do turismo, a fim de mitigar os efeitos econômicos do COVID-19 no território nacional.



Negócios e indústrias

Decreto 417
17/03/2020

Declarar estado de emergência econômica, social e ecológica em todo o território nacional, por 30 dias.



Emprego; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Segurança sanitária; Sistema de saúde;

Decreto 438
19/03/2020

Decreto 551 (prorrogação do Decreto 438 e inclui novos bens e suprimentos)

Estabelece que, pelo período de emergência declarado pelo Decreto 417 de 2020, certos bens e suprimentos para a prestação de serviços médicos estarão isentos de imposto sobre vendas (IVA), para importação e vendas no território nacional, sem o direito de devolução e/ou compensação.

15/04/2020



Comércio; Recursos médicos.

Decreto 441
20/03/2020

Determina disposições relativas aos serviços públicos de água, esgoto e limpeza.

Decreto 580 (estende o Decreto 441)
15/04/2020



Proteção social/assistência social; Serviços básicos; Sustentabilidade.



Sustentabilidade:

Artigo 3

Difere pagamento para entidades sem fins lucrativos pelo cuidado da fauna e da flora

Decreto 444
21/03/2020

Cria o Fundo de Mitigação de Emergência (FOME, sigla em espanhol) e estabelece provisões de recursos. Disponibiliza os recursos necessários para atender os serviços de saúde, os efeitos adversos gerados na atividade produtiva e a necessidade de manter empregos e o crescimento da economia.

Decreto 552 (adicionar recursos ao FOME)
15/04/2020



Assuntos fiscais; Emprego; Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde.

Decreto 458
22/03/2020

Adota medidas para famílias em situação de pobreza, autorizando o governo nacional a realizar transferência monetária não condicional, adicional e extraordinária, em favor dos beneficiários dos programas Famílias em Ação, Proteção Social para Idosos - Prefeito da Colômbia e Jovens em Ação.



Proteção social/assistência social

Decreto 460
22/03/2020

Decretam que os prefeitos distritais e municipais devem garantir atendimento aos usuários e o efetivo cumprimento das funções administrativas e jurisdicionais, em casos de violência doméstica e a adoção de medidas emergenciais de proteção às meninas, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência doméstica.



Violência doméstica:
Artigos 1, 2

<p>Proteção em casos de violência doméstica e acesso à justiça</p> <p>Artigo 4 Campanha para a prevenção da violência doméstica</p>	 <i>Justiça; Saúde pública; Violência doméstica.</i>
<p><u>Decreto 461</u> 22/03/2020</p>	<p>Autoriza, temporariamente, os governadores e prefeitos a reorientar os aluguéis e reduzir as taxas de imposto territorial.</p>  <i>Assuntos fiscais</i>
<p><u>Decreto 462</u> 22/03/2020</p>	<p>Proíbe a exportação e reexportação de produtos necessários para enfrentar as emergências sanitárias causadas pelo COVID-19, e impõe medidas à sua distribuição e venda no mercado interno.</p>  <i>Comércio; Recursos médicos; Sistema de saúde.</i>
<p><u>Decreto 463</u> 22/03/2020</p>	<p>Modifica parcialmente a tarifa alfandegária para importação de medicamentos, dispositivos médicos, reagentes químicos, artigos de higiene e limpeza, suprimentos, equipamentos e materiais necessários para o setor de água e saneamento básico.</p>  <i>Comércio; Recursos médicos; Serviços básicos; Sistema de saúde.</i>
<p><u>Decreto 464</u> 23/03/2020</p> <p><u>Decreto 555</u> (mantém medidas adotadas no Decreto 464) 15/04/2020</p>	<p>Determina a não suspensão da prestação de serviços de telecomunicações, incluindo serviços de transmissão de som, serviços de televisão e serviços postais durante o estado de emergência.</p>  <i>Serviços de telecomunicações</i>
<p><u>Decreto 467</u> 23/03/2020</p>	<p>Decreto o Plano de Ajuda Educacional Coronavirus COVID-19 para os beneficiários do Instituto Colombiano de Crédito Educacional e Estudos Técnicos no Exterior.</p>  <i>Educação; Setor financeiro e monetário</i>

Decreto 468
23/03/2020

Autorizar novas operações para a *Financiera de Desarrollo Territorial* S.A. (FINDETER, sigla em espanhol) e o Banco de Comércio Exterior da Colômbia S.A. Autoriza a FINDETER a conceder, excepcionalmente, crédito direto a municípios, distritos e departamentos.



Setor financeiro e monetário

Decreto 470
24/03/2020

Dita medidas que fornecem ferramentas às entidades territoriais para garantir a execução do Programa de Alimentação Escolar durante o estado de emergência.

Decreto 533 (adota medidas para a execução do Programa de Alimentação Escolar)
09/04/2020



Educação; Segurança alimentar.

Decreto 471
25/03/2020

Adota medidas de proteção no setor agrícola devido à volatilidade do mercado em relação ao preço do dólar. Permite ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural estabelecer diretamente políticas de preços para insumos agrícolas e, conseqüentemente, revoga o Título 9 da Parte 13 do Livro 2 do Decreto 1071 de 2015.



Agricultura; Setor financeiro e monetário.

Decreto 476
25/03/2020

Dita medidas para garantir a prevenção, diagnóstico e tratamento do COVID-19.



Recursos médicos; Saúde pública.

Decreto 486
27/03/2020

Cria um incentivo econômico para trabalhadores e produtores rurais e adota outras medidas para garantir a operação permanente do sistema de suprimento de produtos agrícolas e segurança alimentar em todo o território nacional.



Agricultura; Desenvolvimento rural; Emprego; Segurança alimentar; Setor financeiro e monetário.

<p><u>Decreto 488</u> 27/03/2020</p>	<p>Adota medidas no local de trabalho para promover a retenção de empregos e oferecer alternativas aos trabalhadores e empregadores. Inclui uma medida que permite que os trabalhadores que apresentaram diminuição em sua renda mensal retirem todos os meses da conta de indenização o valor que lhes permite compensar a referida redução.</p> <p> <i>Emprego; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto 492</u> 28/03/2020</p>	<p>Otimiza o uso do capital de entidades financeiras estatais, transferindo esses recursos para o Fundo Nacional de Garantia, para apoiar a emissão de novos créditos, a fim de manter as relações de crédito ativas e financiar micro, pequenas e médias empresas e pessoas que pararam de receber renda devido ao status de trabalhadores independentes ou desemprego.</p> <p> <i>Emprego; MPMEs; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 499</u> 31/03/2020</p>	<p>Adota medidas na área de contratação estatal para a aquisição no mercado internacional de dispositivos médicos e elementos de proteção individual, atendendo a critérios consequentes da turbulência no mercado internacional de mercadorias para mitigar a pandemia de coronavírus.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Recursos médicos.</i></p>
<p><u>Decreto 507</u> 01/04/2020</p>	<p>Adota medidas para favorecer o acesso das famílias mais vulneráveis aos produtos da cesta básica, medicamentos e dispositivos médicos. Adota medidas extraordinárias para evitar preços significativamente altos para produtos de primeira necessidade.</p> <p> <i>Proteção social/assistência social; Recursos médicos; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 517</u> 04/04/2020</p>	<p>Determina medidas para garantir o fornecimento de energia elétrica e gás combustível, especialmente para as pessoas com poucos recursos financeiros.</p>

	 <p><i>Proteção social/assistência social; Serviços básicos.</i></p>
<p><u>Decreto 518</u> 04/04/2020</p>	<p>Cria o Programa de Renda Solidária para atender às necessidades das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade em todo o território nacional, mediante transferências monetárias não condicionadas.</p>  <p><i>Proteção social/assistência social.</i></p>
<p><u>Decreto 528</u> 07/04/2020</p>	<p>Dita medidas para os serviços públicos de aqueduto, esgoto e limpeza.</p>  <p><i>Serviços básicos; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 535</u> 10/04/2020</p>	<p>Adota medidas para estabelecer um procedimento mais ágil de devolução e/ou compensação de saldos em favor dos contribuintes do imposto de renda e complementares, e do imposto sobre vendas.</p>  <p><i>Assuntos fiscais</i></p>
<p><u>Decreto 538</u> 12/04/2020</p> <p><u>Decreto 607</u> (corrige erros formais) 29/04/2020</p>	<p>Adota medidas no setor da saúde para conter e mitigar a pandemia do COVID-19 e garantir a prestação de serviços de saúde.</p>  <p><i>Emprego; Profissionais da saúde; Recursos médicos; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto 540</u> 13/04/2020</p>	<p>Adota medidas para ampliar o acesso às telecomunicações.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Serviços de telecomunicações.</i></p>
<p><u>Decreto 546</u> 14/04/2020</p> <p><i>Economia de assistência:</i> Artigo 2 Inclui gestantes e/ou filhos/filhas menores de 3 anos</p>	<p>Adota medidas para substituir a sentença de prisão e detenção preventiva em estabelecimentos penitenciários e carcerários pela prisão domiciliar temporária, para pessoas em situação de maior vulnerabilidade ao COVID-19, e outras medidas são tomadas para combater a superlotação das prisões.</p>  <p><i>Economia de assistência; População prisional; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>



<p><u>Decreto 553</u> 15/04/2020</p>	<p>Define a transferência monetária não condicionada para idosos registrados na lista de prioridades do Programa Prefeito da Colômbia, e define a transferência para o Fundo de Solidariedade para Promoção da Proteção ao Emprego e Desemprego, administrado pelos Fundos de Compensação Familiar.</p> <p> <i>Emprego; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto 554</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas para a prestação do serviço de televisão aberta, a fim de atender à situação de emergência.</p> <p> <i>Serviços de telecomunicações.</i></p>
<p><u>Decreto 557</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas transitórias em matéria de turismo e registros sanitários para micro e pequenas empresas.</p> <p> <i>MPMEs; Negócios e indústrias.</i></p>
<p><u>Decreto 558</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas no âmbito do Sistema Geral de Pensões para proporcionar maior liquidez a empregadores e trabalhadores dependentes e independentes, e proteger os pensionistas sob a modalidade de aposentadoria programada, que recebem um salário mínimo mensal, de uma possível descapitalização das contas de poupança que suportam o pagamento da sua pensão.</p> <p> <i>Emprego; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto 559</u> 15/04/2020</p>	<p>Cria o Fundo Nacional para Gerenciamento de Riscos de Desastres, que administrará uma subconta temporária, destinada a financiar o fornecimento de bens, serviços e obras necessários para conter, mitigar e impedir a propagação do COVID-19 na população vulnerável e no sistema de saúde.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto 560</u> 15/04/2020</p>	<p>Atenua a extensão dos efeitos sobre as empresas afetadas pela declaração do Estado de Emergência, e a recuperação e conservação</p>

	<p>da empresa como unidade de exploração econômica e fonte de geração de emprego.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; MPMEs; Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário.</i></p>
<p><u>Decreto 561</u> 15/04/2020</p>	<p>Aloca, temporariamente, os recursos do imposto nacional de consumo destinado à cultura para contribuir, por meio de transferências monetárias, a subsistência de artistas, criadores e gerentes culturais, que demonstrarem seu estado de vulnerabilidade.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Negócios e indústrias; Proteção social/assistência social.</i></p>
<p><u>Decreto 563</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas especiais e transitórias para o setor de inclusão e reconciliação social, a fim de garantir o fornecimento ininterrupto das funções da defensoria da família, para que possam proteger e salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes em toda a Colômbia.</p> <p> <i>Economia de assistência; Justiça.</i></p>
<p><u>Decreto 567</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas para proteger os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, e delega funções aos advogados do tribunal de família para avançar nos processos de adoção, como autoridades jurisdicionais de transição.</p> <p> <i>Economia de assistência; Justiça.</i></p>
<p><u>Decreto 568</u> 15/04/2020</p>	<p>Cria a taxa de solidariedade COVID 19, com um destino específico para investimento social na classe média vulnerável e em trabalhadores informais.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Economia informal; Emprego.</i></p>
<p><u>Decreto 570</u> 15/04/2020</p>	<p>Adota medidas relacionadas à criação de apoio financeiro excepcional para populações desmobilizadas de grupos armados organizados em processo de reintegração.</p>

	 <i>Proteção social/assistência social</i>
<u>Decreto 573</u> 15/04/2020	Estabelece medidas tributárias em relação ao Fundo de Garantia Agrícola.  <i>Agricultura; Assuntos fiscais.</i>
<u>Decreto 574</u> 15/04/2020	Adota medidas no campo de minas e energia para permitir a continuidade da prestação de serviços públicos domésticos aos usuários.  <i>Desenvolvimento rural; Negócios e indústrias; Serviços básicos; Setor financeiro e monetário.</i>
<u>Decreto 576</u> 15/04/2020	Adota medidas no setor de jogos de azar para impedir a propagação dos efeitos da pandemia do COVID-19.  <i>Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário.</i>
<u>Decreto 579</u> 15/04/2020	Cria novas disposições legais relativas a (i) suspensão do despejos de propriedades alugadas como uso residencial, comercial, e entidades legais sem fins lucrativos, pelas autoridades policiais; e (ii) reajuste, prorrogação e início dos contratos de aluguel das propriedades acima mencionadas.  <i>Habitação; Negócios e indústrias.</i>
<u>Decreto 582</u> 16/04/2020	Adota medidas no campo da seguridade social, a fim de proteger os direitos dos pensionistas e beneficiários do Serviço Social Complementar de Benefícios Econômicos Periódicos e dos beneficiários do Programa de Subsídios à Contribuição para Pensões.  <i>Proteção social/seguro social</i>

Decreto 611
30/04/2020

Autoriza o pagamento de horas extras, domingo e feriados aos servidores do Instituto Nacional de Saúde, com no máximo cem horas extras por mês.



Emprego; Profissionais da saúde.

Decreto 614
30/04/2020

Estabelece os aspectos necessários para que os habitantes do território nacional tenham canais oficiais de informação telefônico e móvel durante emergências de saúde.



Serviços de telecomunicações



Equador

Decreto 1017
16/03/2020

Declara estado de exceção por calamidade pública em todo o território nacional, tendo em vista os casos confirmados de coronavírus e a declaração de pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde, que representam um alto risco de contágio para todos os cidadãos.



Emprego; Saúde pública; Segurança sanitária; Serviços básicos.

Decreto 1020
25/03/2020

Prorroga o período de anistia migratória e o processo de regularização por razões humanitárias, conferido pelo Decreto Executivo nº 826, de 25 de julho de 2019.



Migrantes; Segurança sanitária.

Decreto 1021
27/03/2020

Estende o prazo para o pagamento do imposto de renda das pessoas jurídicas para o exercício fiscal de 2019, e o imposto sobre valor agregado a ser pago em abril para maio e junho de 2020.



Agricultura; Assuntos fiscais; MPMEs; Negócios e indústrias.

Decreto 1022
27/03/2020

Estabelece a Bolsa de proteção familiar para emergências, visando apoiar financeiramente o núcleo da família beneficiária, cobrir suas

necessidades básicas e aliviar os efeitos produzidos como consequência da declaração de emergência sanitária.



Proteção social/assistência social



Guiana

Decreto do Presidente dado de acordo com a Portaria de Saúde Pública
16/03/2020

Declare necessária ação imediata para resolver o COVID-19.



Assuntos fiscais; Educação; Saúde pública; Segurança sanitária.



Paraguai

Decreto 3456
16/03/2020

Declara estado de emergência sanitária em todo o território nacional para controlar e cumprir as medidas sanitárias estabelecidas na implementação de ações preventivas, tendo em vista o risco de propagação do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto 3469
18/03/2020

Autoriza o Ministério das Finanças a realocar os créditos orçamentários programados no orçamento das agências e entidades estaduais, para alocá-los às entidades que possam ser afetadas pelas medidas implementadas pelo governo para mitigar o impacto do COVID-19.



Assuntos fiscais

Decreto 3471
18/03/2020

Modifica parcialmente o anexo ao Decreto nº 6655, de 30 de dezembro de 2016, e seus decretos modificativos, para o ajuste das tarifas de importação de suprimentos médicos de prevenção e mitigação do COVID-19.



Lei 6524

25/03/2020

Participação pública;

Prestação de contas;

Transparência:

Artigos 41–45

Várias disposições, incluindo a criação de uma Comissão Bicameral do Congresso, em atenção ao controle permanente em matéria de transparência

Decreto 3531 (regulamenta

o artigo 18 da Lei 6524)

13/04/2020

Decreto 3546

(regulamenta o artigo 24 da Lei 6524)

13/04/2020

Decreto 3495

30/03/2020

Decreto 3530

13/04/2020



Comércio; Recursos médicos.

Declara estado de emergência em todo o território da República do Paraguai diante da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido ao COVID-19, e estabelece medidas administrativas, fiscais e financeiras.



Assuntos fiscais; Economia informal; Emprego; MPMEs; Negócios e indústrias; Participação pública; Proteção social/seguro social; Prestação de contas; Serviços básicos; Setor financeiro e monetário; Transparência.



Proteção social/assistência social; Recursos médicos; Segurança alimentar.

Autoriza o Ministério das Finanças a alocar recursos específicos ao Fundo de Garantia para Micro, Pequenas e Médias Empresas para sua administração, nos termos do artigo 9 da Lei nº 5628/2016.



MPMEs



<p><u>Decreto Supremo 008-2020</u> 11/03/2020</p>	<p>Declara emergência nacional de saúde, por um período de noventa (90), e determina medidas de prevenção e controle para impedir a propagação do COVID-19.</p> <p> <i>Educação; Emprego; Saúde pública; Segurança sanitária.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 025-2020</u> 11/03/2020</p>	<p>Dita medidas urgentes destinadas a fortalecer o sistema de vigilância e resposta em saúde contra o perigo de propagação do COVID-19 no território nacional, a fim de estabelecer mecanismos imediatos para a proteção da saúde pública e minimizar o impacto na saúde.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Educação; Emprego; Saúde pública.</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 010-2020-SA</u> 14/03/2020</p>	<p>Aprova o Plano de Ação - Vigilância, contenção e atenção aos casos do novo COVID-19 no Peru e a lista de Bens ou serviços necessários para as atividades da emergência sanitária COVID-19.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto Supremo 011-2020-SA</u> (modifica o Anexo 1 do Decreto Supremo 010-2020) 30/03/2020</p>	<p> <i>Assuntos fiscais; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 026-2020</u> 15/03/2020</p>	<p>Aprova medidas adicionais extraordinárias que permitem a adoção de ações preventivas e de resposta para reduzir o risco de propagação e o impacto na saúde da doença causada pelo COVID-19 no território nacional, além de ajudar a reduzir seus impactos na economia.</p> <p> <i>Emprego; Profissionais da saúde; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Segurança sanitária; Serviços de telecomunicações; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 027-2020</u> 16/03/2020</p>	<p>Aprova medidas para a proteção econômica de famílias vulneráveis contra o risco de propagação do COVID-19.</p> <p> <i>Proteção social/seguro social; Segurança sanitária.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 044-2020</u> (amplia as medidas do Decreto de Urgência 027-2020) 21/04/2020</p>	<p> <i>Proteção social/seguro social; Segurança sanitária.</i></p>

Decreto de Urgência 028-2020

19/03/2020

Aprova medidas extraordinárias, em questões econômicas e financeiras, com o objetivo de adquirir bens e serviços para obter, transportar e processar amostras para o diagnóstico do COVID-19, necessárias para prevenir e atender a emergências pelo COVID-19 em todo o país.



Assuntos fiscais; Recursos médicos.

Decreto de Urgência 029-2020

20/03/2020

Decreto de Urgência 049-2020 (fortalece a gestão do FAE-MYPE)

27/04/2020

Estabelece medidas extraordinárias, em questões econômicas e financeiras, que promovem o financiamento de micro e pequenas empresas (MPEs) afetadas pelo COVID-19. Cria o Fundo de Suporte Empresarial para MPEs (FAE-MYPE), que visa garantir créditos para o capital de giro concedido às MPEs.



MPMEs; Setor financeiro e monetário.

Decreto de Urgência 031-2020

23/03/2020

Estabelece medidas extraordinárias para fortalecer os sistemas de prevenção, controle, vigilância e resposta à saúde para lidar com a emergência causada pelo COVID-19.



Assuntos fiscais; Habitações; Recursos médicos; Sistema de saúde.

Lei 31011

27/03/2020

Delega ao Poder Executivo o poder de legislar por um período de quarenta e cinco (45) dias corridos em vários assuntos, para atender as emergências sanitárias causadas pelo COVID-19.



Assuntos fiscais; Educação; Emprego; MPMEs; Negócios e indústrias; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Saúde pública; Segurança sanitária; Serviços básicos; Sistema de saúde.

Decreto de Urgência 033-2020

27/03/2020

Estabelece medidas para minimizar os efeitos da emergência nacional em famílias vulneráveis de baixa renda, bem como em indivíduos e entidades legais cujas atividades diárias foram suspensas. Autoriza os governos locais, durante o ano fiscal de 2020, a comprar e distribuir bens essenciais da cesta básica.



Agricultura; Assuntos fiscais; Emprego; Negócios e indústrias; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social; Segurança alimentar; Transparência.



Transparência:

Artigo 23

Publicação de um relatório com a atualização das principais variáveis

macroeconômicas e fiscais para o exercício de 2020

Decreto Supremo 012-2020-SA

01/04/2020

Estabelece padrões regulatórios para garantir a continuidade das ações de prevenção, controle, diagnóstico e tratamento do COVID 19 no campo do setor da saúde.



Emprego; Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social; Recursos médicos; Saúde pública; Sistema de saúde.

Decreto de Urgência 034-2020

01/04/2020

Estabelece a retirada extraordinária do fundo de pensão do Sistema de Previdência Privada, como uma medida para mitigar os efeitos econômicos do isolamento social obrigatório, e outras medidas.



Proteção social/seguro social

Decreto de Urgência 035-2020

03/04/2020

Estabelece medidas complementares para reduzir o impacto do isolamento social obrigatório, previsto na declaração do estado de emergência nacional, na economia nacional, incluindo a continuidade da prestação de serviços públicos básicos de energia elétrica, gás natural e telecomunicações para a população vulnerável.



Assuntos fiscais; Emprego; Habitações; Recursos médicos; Serviços básicos; Serviços de telecomunicações.

Lei 31016

06/04/2020

Prestação de contas:

Artigo 2

Concede ao Controlador Geral da República o poder de controlar entidades no âmbito do Sistema Nacional de Controle

Estabelece medidas para a implantação do controle simultâneo durante a emergência de saúde pelo COVID-19. Estabelece que a Controladoria da República desenvolva as seguintes modalidades de controle simultâneo: controle concorrente, visita de controle e orientação de ofício sobre a emergência de saúde pelo COVID-19.



Prestação de contas

Decreto Supremo 013-2020-SA

08/04/2020

Adota medidas temporárias para garantir o fornecimento dos produtos necessários à saúde durante a emergência sanitária declarada como consequência do COVID-19.



Comércio; Recursos médicos.



<p><u>Decreto de Urgência 036-2020</u> 10/04/2020</p>	<p>Estabelece medidas complementares para reduzir o impacto na economia nacional e nas famílias com trabalhadores independentes em condições de vulnerabilidade econômica, além de garantir a continuidade dos serviços de saneamento.</p> <p> <i>Agricultura; Assuntos fiscais; Emprego; Proteção social/assistência social; Serviços básicos.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 037-2020</u> 12/04/2020</p>	<p>Estabelece medidas extraordinárias que permitem ao setor de saúde garantir a atenção à emergência sanitária gerada pelo COVID-19, incluindo a extensão da concessão de seguro de vida a todos os profissionais de saúde que prestam assistência em entidades públicas.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Emprego; Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social; Recursos médicos.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 038-2020</u> 14/04/2020</p>	<p>Estabelece medidas extraordinárias para mitigar os efeitos econômicos causados a trabalhadores e empregadores no setor privado, como resultado das medidas restritivas e de isolamento social adotadas no âmbito da emergência de saúde declarada, além de preservar os empregos desses trabalhadores.</p> <p> <i>Emprego; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 039-2020</u> 16/04/2020</p>	<p>Estabelece medidas complementares que permitem ao setor de saúde garantir a atenção à emergência sanitária gerada pelo surto de COVID-19, incluindo financiamento para a implementação de equipes de resposta rápida em governos regionais e equipes de acompanhamento clínico.</p> <p> <i>Assuntos fiscais; Profissionais da saúde; Recursos médicos; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decreto de Urgência 040-2020</u> 17/04/2020</p>	<p>Estabelece medidas extraordinárias, em questões econômicas e financeiras, para promover o financiamento de micro, pequenas e médias empresas economicamente afetadas pelo COVID-19, por meio de empresas de factoring.</p> <p> <i>MPMEs; Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário.</i></p>

Decreto de Urgência 041-2020
18/04/2020

Estabelece medidas extraordinárias, no âmbito da Lei nº 31015, que autoriza a execução de intervenções em infraestrutura social básica, produtiva e natural, por meio de Centros Executores, para promover a reativação da economia no setor agrícola e de irrigação.



Agricultura; Desenvolvimento rural.

Decreto de Urgência 042-2020
19/04/2020

Aprova medidas adicionais extraordinárias destinadas a ajudar a reduzir o impacto da economia peruana nas famílias que vivem na pobreza ou extrema pobreza nas áreas rurais, devido ao impacto econômico e social causado pelo COVID-19.



Desenvolvimento rural; Proteção social/assistência social.

Decreto de Urgência 043-2020
20/04/2020

Decreto de Urgência 048-2020 (medidas adicionais em matéria de alojamento temporário)
27/04/2020

Aprova medidas extraordinárias para contratar bens e serviços necessários para a acomodação e alimentação durante a quarentena de pessoas que devem se deslocar dentro do país e cujo retorno à sua residência habitual, por razões de raízes familiares ou profissionais, vulnerabilidade e/ou saúde, não seja possível devido a declaração da emergência nacional.



Habitações; Proteção social/assistência social; Segurança alimentar.

Decreto de Urgência 047-2020
27/04/2020

Estabelece medidas extraordinárias para reduzir os efeitos sobre a situação fiscal dos governos locais devido à menor arrecadação de renda, por fonte de financiamento de recursos diretamente coletados e recursos determinados nos itens dos impostos municipais e fundo de compensação municipal.



Assuntos fiscais.



Suriname

Lei de Condição Excepcional COVID-19
08/04/2020

Estabelece estado de emergência e fornece medidas sociais e econômicas adicionais para prevenir e mitigar a propagação do COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.



Uruguai

Decreto 93/020
13/03/2020

Declara estado de emergência sanitária nacional como consequência da pandemia causada pelo vírus COVID-19.



Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto 108/020
24/03/2020

Exige a execução do financiamento parcial extraordinário, por uma única vez, estabelecida no Acordo Coletivo de 20 de março entre representantes do setor nacional da construção, que consiste em uma contribuição aos trabalhadores da construção, devido à pandemia do vírus COVID. 19 e seu impacto na atividade laboral.



Emprego; Negócios e indústrias.

Decreto 109/020
25/03/2020

Decreto 132/020
(prorrogação do prazo dada pelo decreto)
24/04/2020

Estabelece que pessoas com 65 anos de idade ou mais, incluídas no escopo subjetivo de aplicação do subsídio de doença estabelecido pelo Decreto-Lei nº 14.407, de 22 de julho de 1975, modificativo e concordante, podem permanecer em isolamento no máximo até 31 maio de 2020, conforme determinado e comunicado pelas empresas ao Banco de Seguridade Social.



Emprego

Lei 19.869
02/04/2020

Estabelece as diretrizes gerais para a implementação e desenvolvimento da telemedicina como prestação de serviços de saúde, a fim de melhorar sua eficiência, qualidade e aumentar sua cobertura através do uso de tecnologias da informação e comunicação.



Sistema de saúde

Lei 19.872
03/04/2020

Isenta 40% das contribuições pessoais e do empregador incluídas no Regime de Indústria e Comércio para pequenas empresas que têm até 10 funcionários em sua planilha.

	 <p><i>Assuntos fiscais; MPMEs.</i></p>
<p><u>Lei 19.873</u> 03/04/2020</p> <p><u>Decreto 131/020</u> (regula a implementação do registro dos profissionais da saúde) 17/04/2020</p>	<p>Cria um registro dos profissionais da saúde que participam do processo de atendimento (trabalhadores médicos e não médicos), que desempenham tarefas em instituições privadas de saúde, e são expostos à disseminação da SARS-CoV2 que causa a doença COVID-19. Declara o COVID-19 como uma doença ocupacional durante a emergência de saúde.</p>  <p><i>Emprego; Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto 120/020</u> 06/04/2020</p>	<p>Proíbe a Administração Nacional de Telecomunicações de suspender os serviços de telecomunicações por falta de pagamento, exclusivamente para usuários residenciais e os serviços de empresas incluídas no parágrafo E do artigo 52 do Título 4 do Título 4, até o 13 de abril de 2020.</p>  <p><i>Serviços de telecomunicações.</i></p>
<p><u>Lei 19.874</u> 08/04/2020</p> <p><u>Decreto 133/020</u> (regulamenta a Lei 19.874) 24/04/2020</p>	<p>Cria o Fundo de Solidariedade COVID-19 e o Imposto de Emergência em Saúde COVID-19.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Proteção social/seguro social.</i></p>
<p><u>Decreto 119/020</u> 08/04/2020</p>	<p>Proíbe a Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas de suspender o fornecimento de energia elétrica por não pagamento de serviços, exclusivamente para casos de usuários de planos gerais e residenciais, até 13 de abril, 2020.</p>  <p><i>Serviços básicos.</i></p>
<p><u>Decreto 122/020</u> 08/04/2020</p>	<p>Decreta que, em situações de emergência sanitária, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde Pública podem importar reagentes para diagnóstico, equipamentos médicos e/ou dispositivos terapêuticos, uma vez aprovados pelo escritório técnico competente do Ministério da Saúde Pública.</p>  <p><i>Comércio; Recursos médicos.</i></p>

Decreto 127/020
14/04/2020

Incorpora trabalhadores dependentes afiliados ao Fundo Notarial da Previdência Social e individualizados nas seções B) e D) do artigo 43 da Lei Orgânica nº 17.437, de 20 de dezembro de 2001, ao regime de subsídio regulamentado de desemprego forçado pelo Decreto-Lei nº 15.180, de 20 de agosto de 1981, modificativo e concordante.



Emprego; Proteção social/seguro social.

Decreto 130/020
17/04/2020

Concede um subsídio de invalidez temporário a profissionais da saúde independentes, sem direito ao seguro do Banco de Seguros do Estado. Permite as disposições da Resolução do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensões para Profissionais Universitários.



Emprego; Profissionais da saúde; Proteção social/seguro social.



Venezuela

Decreto 4.160
13/03/2020

Decreta Estado de Alarme em todo o Território Nacional para que o Executivo Nacional adote medidas urgentes, eficazes e necessárias para proteger e preservar a saúde da população venezuelana, a fim de mitigar e erradicar os riscos epidêmicos relacionados à COVID- 19.



Educação; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária.

Decreto 4.186
(Extensão de 30 dias)
12/04/2020

Decreto 4.166
17/03/2020

Isenta o pagamento do Imposto sobre Valor Agregado, Imposto de Importação e Taxa para Determinação do Regime Aduaneiro, bem como qualquer outro imposto ou alíquota aplicável de acordo com a ordem jurídica atual, às importações definitivas de bens móveis pessoais feitas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Nacional, visando impedir a propagação do COVID-19.



Assuntos fiscais; Comércio; Recursos médicos.

Decreto 4.167
23/03/2020

Ratifica a imobilidade trabalhista dos trabalhadores do setor público e privado, regidos pelo Decreto com Classificação, Valor e Força da Lei Orgânica do Trabalho, até 31 de dezembro de 2020, a partir da

entrada em vigor deste decreto, a fim de proteger o direito ao trabalho.

 *Emprego*

Decreto 4.168
23/03/2020

Dita as medidas de Proteção Econômica no âmbito do Estado de Alarme para atender à emergência sanitária do COVID -19. Implementa um regime especial para o pagamento de créditos em vigor nos bancos públicos e privados nacionais e prioriza a alocação de créditos a setores estratégicos cuja atividade é essencial.

 *Negócios e indústrias; Setor financeiro e monetário; Segurança alimentar.*

Decreto 4.169
23/03/2020

Suspende o pagamento de aluguel de imóveis para uso comercial e aqueles usados como residência principal.

 *Habitações; Negócios e indústrias.*

Decreto 4.171
02/04/2020

Isenta o pagamento do Imposto de Renda sobre o enriquecimento anual de fonte territorial, obtido por pessoas físicas residentes no país, durante o exercício fiscal de 2019, cujo salário ou rendimento normal do exercício de sua atividade, ao final do referido período, não exceda o valor equivalente a três salários mínimos, em vigor em 31 de dezembro de 2019.

 *Assuntos fiscais*

Decreto 4.193
27/04/2020

Aumenta a renda mensal mínima e a proteção social, incluindo um ajuste nos valores correspondentes a benefícios sociais, não-salariais e não-remuneratórios, concedidos por meio da Plataforma Pátria como parte do sistema de proteção social para venezuelanos.

 *Emprego; Proteção social/assistência social; Proteção social/seguro social.*

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



Organização dos Estados Americanos

CP/RES. 1151 (2280/20)

(Reposta da OEA à pandemia de COVID-19)
16/04/2020



Igualdade de gênero; Violência doméstica:

Artigo 3

A prevenção e resposta à violência de gênero em todas as ações relacionadas à COVID-19

Artigo 6

A plena participação das mulheres em a resposta ao COVID-19

Incentiva a cooperação e a solidariedade hemisféricas para conter, atenuar e derrotar a pandemia e suas consequências, inclusive o intercâmbio de informações, conhecimentos científicos, lições aprendidas e melhores práticas, dispensando atenção aos impactos diferenciados em todos os grupos em situação de vulnerabilidade e em risco.



Assuntos fiscais; Cooperação regional; Igualdade de gênero; Profissionais da saúde; Recursos médicos; Saúde pública; Segurança sanitária; Setor financeiro e monetário; Sistema de saúde; Violência doméstica.

UNIÃO EUROPÉIA



União Européia

Decisão da Comissão (EU)

2020/491
03/04/2020

Isenção de taxas de importação e isenta o IVA de importação concedido para mercadorias necessárias para combater os efeitos do surto de COVID-19 em 2020.



Assuntos fiscais; Comércio; Cooperação regional.

Regulamento do Conselho (EU) 2020/521

14/04/2020

Ativa o apoio de emergência nos termos do Regulamento (UE) 2016/369 para financiar as despesas necessárias para enfrentar a pandemia do COVID-19, para o período de 1 de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022.

	 <p><i>Assuntos fiscais; Cooperação regional; Recursos médicos; Saúde pública; Sistema de saúde.</i></p>
<p><u>Decisão (UE) 2020/545 do Parlamento e do Conselho Europeu</u> 17/04/2020</p> <p><u>Decisão (UE) 2020/546 do Parlamento e do Conselho Europeu</u> 17/04/2020</p>	<p>Mobiliza o Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentárias imediatas no contexto do surto do COVID-19.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Cooperação regional.</i></p>
<p><u>Decisão (UE) 2020/547 do Parlamento e do Conselho Europeu</u> 17/04/2020</p>	<p>Mobiliza a margem de contingência em 2020 para fornecer assistência de emergência aos Estados-Membros e reforçar ainda mais o Mecanismo de Proteção Civil da União/rescEU, em resposta ao surto do COVID-19.</p>  <p><i>Assuntos fiscais; Cooperação regional.</i></p>